

Departamento de Circulação

circulacao@jornaldocomercio.com.br

Atendimento ao Assinante

Telefone (51) 3213.1300

De 2ª a 6ª das 8h às 18h

atendimento@jornaldocomercio.com.br

Vendas de Assinaturas

Telefone/Whatsapp: (51) 3213.1397

vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

Exemplar avulso: R\$ 6,50

Whatsapp:



Assinaturas

	R\$	
Mensal	R\$	109,90
Trimestral à vista	R\$	269,73
1+2	R\$	99,90
Total Parcelado	R\$	299,70
Semestral à vista	R\$	528,66
1+5	R\$	97,90
Total Parcelado	R\$	587,40
Anual à vista	R\$	997,92
1+11	R\$	92,40
Total Parcelado	R\$	1.108,80

Desconto de 10% para pagamento à vista

Formas de Pagamento:

Cartões de Crédito (VISA, MASTER, ELO, AMERICAN e DINERS)

Débito em Conta: BB, Bradesco, Banrisul, CEF, Santander, Sicredi e Itaú e Pix

Boleto Bancário.

Consulte nossos planos promocionais em:

www.jornaldocomercio.com/assine

Departamento Comercial

Atendimento às agências e anunciantes

Telefone (51) 3213.1333

agencias@jornaldocomercio.com.br

Operações comerciais

Tel: (51) 3213.1355

anuncios@jornaldocomercio.com.br

Publicidade legal

Tel: (51) 3213.1331 / 3213.1338

comercial@jornaldocomercio.com.br

Redação

Telefones e e-mails

(51) 3213.1362

Editoria de Economia

(51) 3213.1369

economia@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Geral

(51) 3213.1372

geral@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Política

(51) 3213.1374

politica@jornaldocomercio.com.br

Editoria de Cultura

(51) 3213.1376

cultura@jornaldocomercio.com.br

Administrativo e Financeiro

Telefone (51) 3213.1381

financeiro@jornaldocomercio.com.br

rh@jornaldocomercio.com.br

suprimentos@jornaldocomercio.com.br

Henderson Comunicação

Brasília - DF

QI 23. LOTE 09 BLOCO A 604 GUARÁ II

71060-636

Telefone (61) 3322.4634 e (61) 3322.8989

marciaglobal@terra.com.br

Novo programa de renegociação de dívidas deve ter descontos de até 80%

Ministro da Fazenda disse que governo federal deve publicar a medida em cerca de 10 dias

/ CONJUNTURA

O governo quer incentivar a concessão de um “desconto amplo” no novo programa para negociação de dívidas que está em elaboração no Executivo, disse o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em entrevista ao programa da jornalista Miriam Leitão, na GloboNews, que foi transmitida nesta quarta-feira. Ele afirmou que a medida deve ser publicada em um prazo de cerca de dez dias.

“O que nós vamos fazer é incentivar que seja um desconto amplo e, eventualmente, com garantias do governo, caso, feita a renegociação, a pessoa volte a inadimplir com o banco na frente”, afirmou.

“Ainda que você negocie 80% de desconto, sobra 20% da dívida a ser refinanciada. Aí o governo pode vir e dizer, bancos, fintechs, operadoras de crédito, renegociem a dívida com desconto amplo, mas deixem aqui uma nova taxa de juros para o que tem que ser refinanciado e o governo faz uma espécie de garantia junto com os bancos”, acrescentou.

Segundo ele, a ideia é estruturar um programa mais simples do que o Desenrola Brasil, que tinha uma plataforma para negociação no formato de um leilão e acabou sendo alvo de críticas pelas dificuldades de acesso dos usuá-

rios. O foco principal será quem tem renda de até três salários mínimos (hoje, o equivalente a R\$ 4.863 mensais).

Outro ponto do programa deve ser alguma contrapartida na área de educação financeira, para tentar evitar que as famílias, ao renegociarem suas dívidas, voltem a comprometer sua renda disponível com outros gastos de forma insustentável.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discute usar um fundo para facilitar a negociação de débitos de famílias que hoje estão em situação de superendividamento e não têm mais dinheiro para arcar com todas as suas despesas básicas, dado o elevado comprometimento da renda com dívidas. O tema é uma das principais preocupações do presidente em ano eleitoral.

A ideia é facilitar o acesso delas a linhas de crédito com taxas de juros mais baratas e com maior prazo de pagamento, para que os débitos acumulados possam ser quitados em prestações que não comprometam parcela excessiva do salário.

Segundo técnicos que participam das discussões, o governo pode entrar com o funding (recurso que será emprestado às famílias), oferecer um fundo garantidor (que honraria as parcelas dos novos financiamentos



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Durigan apontou que programa deve ser mais simples do que o Desenrola

em caso de inadimplência) ou fazer uma combinação dessas duas possibilidades.

Os recursos viriam da União. A depender do formato, a despesa pode ser primária (com impacto nas regras fiscais) ou financeira (sem afetar as regras, mas elevando o endividamento do país).

Os estudos vêm sendo conduzidos pelo Ministério da Fazenda, mas Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, ambos bancos controlados pela União, também ficaram de contribuir com propostas e simulações.

Uma das possibilidades em discussão é usar o dinheiro esquecido, parado no Banco Central, que hoje soma R\$ 10,5 bi-

lhões ainda não resgatados. Uma lei aprovada pelo Congresso autorizou o governo a usar esse dinheiro, mas a execução esbarrou em divergências técnicas sobre como contabilizar esse resgate.

Segundo técnicos que participam das discussões, porém, o uso do dinheiro esquecido para viabilizar a renegociação das dívidas ainda esbarra em questões jurídicas, entre elas o possível problema de usar os recursos sem que eles passem pela conta única do Tesouro Nacional. Qualquer mudança na destinação da verba também precisaria de MP (medida provisória), que tem vigência imediata, mas precisa ser validada pelo Congresso em até 120 dias.

/ TRIBUTOS Fonte: www.informanet.com.br

IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

06/04	IRRF	Rendimentos de Capital - Títulos de renda fixa - Pessoa Física, de fato gerador de 3º decêndio mês anterior (31/03/2026)
06/04	IRRF	Rendimentos de Capital - Fundo de Investimento em Ações, de fato gerador de 3º decêndio mês anterior (31/03/2026)
06/04	IOF	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica, de fato gerador de 3º decêndio mês anterior (31/03/2026)
06/04	IOF	Operações de Câmbio - Entrada de moeda, de fato gerador de 3º decêndio mês anterior (31/03/2026)
15/04	PIS/Pasep	Retenção - Aquisição de autopeças, de fato gerador de 2ª quinzena mês anterior (31/03/2026)
20/04	PIS/Pasep	Entidades financeiras e equiparadas, de fato gerador de Mês Anterior (31/03/2026)



f @espacoconte
(51) 3373.5509

www.espacoconte.com.br